



Lula toma posse e reafirma compromisso com mudança

PT assume governo em 3 Estados

O PT também reassumiu o governo em dois Estados, Acre e Mato Grosso do Sul, com os governadores reeleitos Jorge Viana e Zeca do PT, e passou a ocupar o Executivo do Piauí, com Wellington Dias.

Viana tomou posse ainda na madrugada do Réveillon, para ter tempo de comparecer à cerimônia presidencial em Brasília. Zeca marcou a festa para a manhã do dia 1º.

Filho de agricultores, o novo governador do Piauí se emocionou em sua posse na Assembléia Legislativa, discursando de improviso por quase uma hora. Dias, primeiro petista a governar um Estado do Nordeste, foi empossado às 9h43 diante de mais de mil pessoas, entre elas agricultores e membros de comunidades carentes.

“Quero reafirmar todos os nossos compromissos de campanha e desenvolver o Piauí, fazer com que o povo do Estado não tenha vergonha de dizer que nasceu aqui, mas sim muito orgulho”, destacou.



Lula, ao lado de Marisa, acena para o público ao final da cerimônia de posse, quando desfilou pela Esplanada

PRESIDENTE RECEBE A FAIXA NA MAIOR FESTA POPULAR DE BRASÍLIA, DIANTE DE MAIS DE 150 MIL PESSOAS E COM PESQUISAS QUE APONTAM OTIMISMO, E RESSALTA QUE AS PRIORIDADES DE SEU GOVERNO SÃO COMPROMISSOS MORAIS E ÉTICOS

Petista vai ao FSM, em Porto Alegre

A Secretaria Geral da Presidência da República confirmou que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva estará presente no 3º Fórum Social Mundial (FSM), que será realizado entre os dias 23 e 28 de janeiro em Porto Alegre.

Esta será a primeira vez que um presidente brasileiro se fará presente no maior evento mundial do pensamento esquerdista. A expectativa é que mais de 100 mil pessoas participem do FSM.

A Secretaria Nacional de Movimentos Populares do PT vai aproveitar o evento para realizar uma plenária em Porto Alegre. Uma outra plenária deverá ocorrer durante o 2º Fórum Social Pan-Amazônico, que começa no próximo dia 16 em Belém. Serão dados informes, haverá uma avaliação do processo eleitoral e da transição de governo e serão discutidas as atividades da secretaria em 2003.

A reunião em Porto Alegre será no diretório do PT (av. João Pessoa, 785, em frente ao Parque Farroupilha/Redenção), no dia 25, às 14h. Em Belém, será na Unama (av. Alcindo Cancela, s/n, próximo à av. Pedro Miranda), no dia 29, também às 14h.



Parentes de Lula e moradores de Caetés e Garanhuns comemoram a chegada a Brasília, onde assistiram à posse

Caravana leva parentes ao Planalto

Uma caravana que percorreu 2.400 quilômetros do sertão nordestino à capital federal, durante cerca de 36 horas, levou os parentes do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva que vivem em Caetés e Garanhuns (PE) até a festa da posse em Brasília.

A viagem foi feita em um ônibus leito, com ar condicionado e televisor, no qual via-

jaram 21 parentes de Lula — quatro “primos legítimos” (de 1º grau) com seus filhos, sobrinhos e netos. Outros 25 passageiros eram amigos e admiradores de Lula.

A caravana foi organizada pelo prefeito de Caetés, José Luiz de Lima Sampaio, o Zé da Luz, como é conhecido. “Lula tornou a cidade de Caetés conhecida nacional-

mente. Tenho que retribuir levando sua família para assistir a esse momento tão importante”, disse ele, o primeiro prefeito petista da cidade.

Lula nasceu no sítio Várzea Comprida, em Garanhuns. Hoje, porém, o local pertence a Caetés — na época, um subdistrito. Os primos de Lula estão espalhados entre Caetés e Garanhuns. “Depois que

Lula ganhou a eleição, todo mundo aqui virou primo dele”, brincou o prefeito.

Com alguns patrocínios de comerciantes da região e com um desembolso maior por parte de alguns passageiros, o grupo conseguiu custear o aluguel do ônibus e a hospedagem numa colônia de férias em Valparaíso (cidade satélite do Distrito Federal).

A posse do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva, no último dia 1º, foi também o maior evento popular de Brasília. O petista, que chegou ao mais alto posto do país em sua quarta disputa presidencial e com pesquisas que apontam 76% de otimismo com seu futuro governo, aproveitou os dois discursos que fez para reafirmar os compromissos de mudança, para agradecer aos que contribuíram para a sua vitória.

“Não sou resultado de uma eleição. Sou resultado de uma história”, disse Lula, migrante de Pernambuco que, em São Paulo, se tornou uma das principais lideranças sindicais nacionais e fundou o PT há 22 anos. A trajetória de sucesso do petista também foi comemorada também por parentes de Lula, que viajaram durante 36 horas de Caetés, onde o novo presidente nasceu, para acompanhar a posse na capital federal.

Além da presença popular, a posse contou com o maior número de missões de governos estrangeiros da história brasileira: 117 países estavam representados. A segunda maior, do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, em 1995, teve a presença de 112 missões.

Lula aproveitou momentos diferentes da cerimônia de posse para apresentar os rumos de seu governo. No Congresso, onde leu um discurso de 45 minutos, ressaltou que é preciso “mudar com coragem e cuidado, humildade e ousadia” (leia a íntegra nas páginas 4 e 5). Às cerca de 60 mil pessoas que se aglomeravam desde a véspera em frente ao parlatório do Palácio do Planalto, Lula pediu ajuda do povo para governar (leia a íntegra na pág. 8). “Porque a responsabilidade é nossa”, lembrou ao discursar já com a faixa, recebida de FHC momentos antes diante desse mesmo público.

Lula disse ainda que nenhum momento difícil o impedirá de realizar as reformas que devem ser feitas para levar o Brasil ao crescimento econômico e à justiça social. Em um dos momentos mais aplaudidos, o presidente afirmou ser “o homem mais otimista da Terra” e ressaltou que cuidar da educação, da saúde, da reforma agrária, da Previdência Social e acabar com a fome são compromissos morais e éticos. “Quero assumir esses compromissos na frente desse povo que é o único responsável por eu estar aqui hoje”, afirmou.

As prioridades do novo governo também foram destacadas durante as posses do ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, e do ministro da Fazenda, Antônio Palocci. Já nos primeiros dias do novo governo as repercussões sobre a economia brasileira davam sinais positivos.

OPINIÃO

Começa o governo Lula

José Genoíno

Luiz Inácio Lula da Silva assumiu a Presidência da República imantado por dois emblemas: o da esperança e o da mudança. Com uma festa popular sem precedentes na história das posses presidenciais e com uma expectativa positiva de 76% da população acerca do desempenho do novo governo, a responsabilidade que pesa sobre Lula, o PT e seus aliados deve ser dimensionada por essa enorme esperança.

Num país carente de líderes e heróis, a saga de Lula, que começou em Garanhuns (PE) e terminou em São Bernardo do Campo (SP), sua história singular de dificuldades e desafios, sua ascensão como líder sindical, sua projeção na política e, finalmente, sua vitória nas últimas eleições são alguns dos fatores que projetam nele uma carga extraordinária de esperanças. As parcelas trabalhadoras, pobres e excluídas da sociedade brasileira identificam em Lula seu legítimo representante, depositário da capacidade de promover as possibilidades de uma vida melhor.

Para além do carisma pessoal de Lula, o povo identifica nele o potencial de realização de promessas que os políticos oriundos das elites sempre fizeram e nunca cumpriram. Esse povo, acostumado ao trabalho duro e ao sofrimento, vê no presidente e no PT não só a possibilidade de uma vida melhor, mas também a última chance de acreditar na política e nos políticos. O desencanto e a descrença com a política não é algo que nutre apenas a alma cética de intelectuais e jornalistas. O povo, com seu humor e suas tiradas, também vem alimentando uma longa história de descrenças.

Um dos méritos da vitória de Lula foi o de restaurar a crença na esperança e na mudança. É como se a sociedade estivesse sendo energizada por uma onda positiva e otimista, orientada pelo sentimento de que o Brasil pode dar certo. Agora é preciso que esse sentimento se transforme em atividade e mobilização social em torno das tarefas e dos desafios das mudanças. O governo precisa agir com competência e racionalidade para poder liderar, conduzir e coordenar todo esse manancial de expectativas e otimismo que vibra na sociedade.

A tarefa não será fácil. No discurso de posse, Lula deu ênfase à ideia de que foi eleito para promover a

mudança. Mas pôs acento, também, na ideia de que as mudanças são um processo, não vêm de um golpe só, e de que precisam da participação da sociedade. É por isso que é necessário conter a ansiedade, pois dar-lhe vazão pode frustrar as mudanças e extraviar os caminhos. É preciso dar crédito aos compromissos, aos processos e ao tempo.

É verdade que as mudanças no Brasil têm e devem ter um sentido de urgência. Mas só a capacidade de liderança, os processos, a perseverança e o tempo podem produzi-las.

O presidente deixou claro que a centralidade do novo governo será a área social, o combate à fome, ao desemprego, à corrupção e à impunidade. A administração da economia, que ganhou o status de prioridade no governo anterior, agora terá de ser gerenciada com responsabilidade e competência para servir à sociedade. Desta forma, a economia deixa de ser um fim em si mesmo para tornar-se um meio a serviço da sociedade, a serviço de uma vida melhor e mais justa. Controlar a inflação, racionalizar o gasto público e promover o desenvolvimento econômico serão medidas e meios que devem se traduzir em benefícios para as pessoas, para o trabalho e para a produção.

A formação do ministério procurou representar não apenas os partidos que apóiam o governo, mas o caráter pluralista da sociedade. E o apelo de Lula para que o ajudem a governar, porque a responsabilidade não é só dele, deve ser entendido como um novo método de governo. O novo governo não decidirá nem implementará as decisões sozinho. Será um governo compartilhado com o Congresso, com os partidos e com a sociedade civil. Será um governo democrático e atento às aspirações e reclamos da opinião pública. Será um governo que coordenará processos e chamará a sociedade para debater. Será um governo da humildade, que saberá reconhecer erros e corrigir rumos, quando necessário.

O governo Lula, ao mesmo tempo que terá de operar com as noções de processos e continuidades históricas, deverá agir com uma pretensão refundacional. Sem negar avanços em governos anteriores, é preciso ter consciência de que nas áreas da justiça social e distribuição de renda e riqueza e nas questões relativas ao estímulo da participação

democrática e cidadã, ao papel do Brasil no mundo, ao combate aos privilégios e à impunidade, ao controle da corrupção e do desperdício, à integração racial e da promoção da mulher, à qualificação educacional, cultural e profissional, à inovação produtiva e tecnológica, à facilitação de oportunidades para os jovens, entre outras, há uma nítida necessidade de imprimir uma orientação refundacional. São essas áreas e questões que traduzem, nos dias de hoje, os bloqueios históricos do desenvolvimento e da grandeza do Brasil e de seu povo. Se o governo Lula, o PT e seus aliados não cumprirem essa missão reformadora e refundadora, terão falhado no seu projeto e no seu destino.

(Publicado pelo jornal O Estado de S. Paulo em 4/1/2003)



O presidente do PT, José Genoíno, acena para o público que acompanhou a posse

EM DOIS ARTIGOS PUBLICADOS RECENTEMENTE PELO JORNAL O ESTADO DE S. PAULO, QUE SÃO TRANSCRITOS NESTA PÁGINA, O PRESIDENTE DO PT, JOSÉ GENOÍNO, REFLETIU SOBRE O GOVERNO LULA E A ATUAÇÃO DO PARTIDO DE AGORA EM DIANTE

Partido e governo

José Genoíno

Com a posse de Luiz Inácio Lula da Silva na Presidência do Brasil, o PT nacional enfrentará um novo desafio: o de ser um partido de governo. Esse desafio já foi enfrentado, com sucessos e alguns traumas, nos Estados e municípios onde o PT governa ou governou. Na esfera federal, habituado a mais de 20 anos de oposição, a tarefa de se assumir como partido de governo não será algo simples.

Preliminarmente, torna-se necessário evitar três equívocos. O primeiro equívoco a evitar consiste em não construir um Estado-partido. Esse conceito designa aquela situação criada pelos partidos comunistas tradicionais que exerceram ou exercem o poder nos países socialistas. Esses partidos desenvolveram um modelo de gestão em que o verdadeiro centro de poder e de tomada de decisões não era o Estado, mas o comitê central do partido, algo que equivale aos diretórios nacionais dos partidos brasileiros. Até hoje, em países como a China e Cuba, o partido continua a ser o centro de tomada de decisões e as instituições do Estado são como que uma espécie de correa de transmissão do poder do partido. A rigor, o Estado-partido é inviável em sistemas democráticos, pois pressupõe a existência de um partido único.

O segundo erro, este mais comum e possível nos regimes democráticos, con-

siste na estatização do partido governista. A estatização expressa aquela condição em que o partido perde sua autonomia ante o governo, obedece inteiramente às suas diretrizes, torna-se um partido ávido por cargos, sucumbindo à lógica do governo. Em tais circunstâncias o partido abandona a atividade partidária específica e autônoma na esfera social.

O terceiro tipo de erro que um partido que elege o governo pode cometer consiste em fazer-lhe uma oposição velada ou até mesmo explícita. Essa atitude pretende esquivar-se do fato de que, na democracia, o governo se define num embate entre partidos plurais e que o partido vencedor estabelece um contrato de responsabilidade com a sociedade. E, na medida em que o governante eleito e membros partidários exercem funções governamentais, o partido é co-responsável pelas decisões do governo. Com isso não deve ser entendido que as instituições do partido se tornam o local das decisões governamentais, mas que o partido, além de sugerir, deve ser solidário com as decisões e emprestar-lhe o apoio público. Um dos aspectos da ética da responsabilidade formulada por Weber implica que os agentes da política devem assumir a responsabilidade das consequências da ação, sejam elas positivas ou negativas.

Na verdade, um partido político tem uma função complexa, que se expressa

numa relação de ambivalência ou ambigüidade. Se adotarmos o modelo analítico desenvolvido pelo filósofo alemão Hegel, assumido com vieses diferentes tanto pelo marxismo quanto pelo liberalismo, que se centra na dicotomia Estado-sociedade civil, podemos dizer que um partido — principalmente quando exerce o governo — vive na condição ambivalente de se situar nas duas esferas: no Estado e também na sociedade civil.

Um partido pertence à esfera da sociedade civil por ser um organismo de direito privado. Mas, na medida em que, no sistema democrático, a escolha de quem governa é mediada pela relação entre partido e eleitor e que o governo é formado com base em partidos ou coligações partidárias, torna-se evidente o interesse público em preservar e fortalecer o sistema de partidos. Os partidos no governo não devem expressar apenas uma relação de representação de interesses de indivíduos ou grupos determinados. Devem exercer, por princípio, também uma função de representação dos interesses gerais da sociedade. Isso os situa na esfera pública estatal.

A tradução concreta dessa função ambivalente pode ser visualizada da seguinte forma, no caso do PT ou de qualquer outro partido. Por ter vencido as eleições e participar do governo, o partido deve ser solidário, co-responsável e apoiar politicamente suas decisões. Por outro lado, o

partido deve manter sua autonomia em relação ao governo. Essa autonomia deve expressar-se por uma atividade própria, especificamente partidária, na esfera da sociedade. Essa autonomia se desenvolve também mediante as discussões e decisões que o partido adota em relação às políticas governamentais. Essas deliberações podem e devem ser levadas ao governo, mas não como obrigações imperativas impostas ao governo. São apenas deliberações partidárias que são apresentadas ao governo com o caráter de sugestões.

Somente nas instituições do Estado se localiza o lugar legítimo e de direito para a tomada das decisões governamentais. Mesmo que pretenda expressar e representar interesses gerais, um partido governista, num sistema democrático e pluralista, nunca deixará de ser parte.

Um partido de governo não pode ter a pretensão de representar ou encarnar toda a sociedade. Isso o tornaria autoritário ou totalitário. O governo democrático, embora seja formado com base em partidos, não deve ser um governo dos partidos, mas um governo da sociedade. O governo deve ser eminentemente público e republicano. Sua relação com os partidos e com as demais instituições da sociedade civil deve ser sempre mediada pelo interesse público geral.

(Publicado pelo jornal O Estado de S. Paulo em 21/12/2002)

EXPEDIENTE

PTnotícias

ÓRGÃO DO DIRETÓRIO NACIONAL DO PARTIDO DOS TRABALHADORES

PRESIDENTE NACIONAL DO PT
José GenoínoSECRETÁRIO NACIONAL
DE COMUNICAÇÃO
Ozeas DuarteEDIÇÃO
Ralph Machado - MTB 21.131REDAÇÃO
Claudio Cezar Xavier, Priscila Lambert
e Walter VenturiniDIAGRAMAÇÃO
Sandra Luiz AlvesAPOIO ADMINISTRATIVO
Ana TroccoliFOTOS
Agência Brasil

SEDE

Rua Silveira Martins, 132,
São Paulo, SP, CEP 01019-000
Tel.: (011) 3243-1313
Fax: (011) 3243-1349
E-mail: ptnot@pt.org.br

Página na internet: www.pt.org.br

Tiragem: 8.000 exemplares
Fotolitos e impressão: Artpress

O PT Notícias é o jornal quinzenal do Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores. A partir de agora, algumas notícias e matérias da última edição serão disponibilizadas no Portal do PT.

No site, os internautas terão uma pequena amostra da edição do jornal, já que o mesmo é distribuído por meio de assinatura anual.

PARA FAZER A SUA ASSINATURA:

- 1) Cheque nominal à Editora Fundação Perseu Abramo.
 2) Depósito bancário nominal à Editora Fundação Perseu Abramo:
 Banco do Brasil C/C 2241-1 Agência 3323-5
 (Enviar junto com o cupom preenchido cópia do comprovante de depósito)
 3) Cobrança bancária.
 4) Cartão de crédito:
 Visa Mastercard Diners
 Número do cartão: _____
 Data de validade: ____/____/____

Assinatura anual: R\$ 50,00

 Sim, eu quero assinar o PT Notícias

Nome _____

Endereço _____

Profissão _____ Tel _____

CEP _____ Cidade _____

Estado _____ CPF _____

E-mail _____

Sexo: Masculino Feminino
Filiado(a) ao PT: Sim Não

Departamento de Assinaturas da Fundação Perseu Abramo

Rua Francisco Cruz, 234 - Vila Mariana

CEP 04117-091 - São Paulo - SP

Tel.: (11)5571-4299 Ramal 44 - Fax: (11)5571-0910

GOVERNO LULA

‘Faremos uma revolução social’

José Dirceu

Um bom dia a todos. Estou muito emocionado, vou falar de improviso. Vejo aqui, praticamente, várias fases, vários momentos da minha vida e das nossas vidas. Quiseram o protocolo e o destino que eu subisse, ontem, a rampa junto com o general Jorge Armando Félix, que é o responsável pelo Gabinete de Segurança Institucional. E, ao subir a rampa, evidentemente que, em primeiro lugar, subir com a minha geração. Então, a minha primeira palavra, sem rancor, sem ressentimento, é para aqueles que viveram, lutaram e não puderam estar conosco no dia de ontem.

Não os esqueço, trago em meu coração, em minha memória, a imagem de cada um e os ideais de todos. E quero dizer, hoje, aos seus familiares, que sintam todos, aqui, nesta cerimônia.

(Trecho com agradecimentos aos presentes)

Assumo com essa transmissão de posse e quero deixar registrado que aprendi a admirar e a respeitar o ministro Pedro Parente, nesses dias e meses de trabalho. Primeiro, pelo seu caráter, pelo espírito público e pela dedicação no processo de transição. O ministro Pedro Parente deu um exemplo a todos os servidores públicos brasileiros. Eu sou grato pelo apoio que me deu e pela ajuda que nos deu na transição.

Todos sabem que chego por determinação, por delegação do presidente Lula a este posto, a este cargo, de ministro-chefe da Casa Civil, com uma marca do PT. Sou e sempre serei um filiado ao PT. Devo a todos os petistas, particularmente à nossa militância, a todos aqueles que me apoiaram, trabalharam comigo, primeiro em São Paulo, na década de 80, quando fui secretário de Formação Política do Diretório Regional, depois secretário-geral do Diretório Regional, depois secretário-geral do PT e, por fim, presidente do PT. A todos aqueles que me acompanharam na direção do PT, na assessoria, na administração do PT, devo o fato de estar aqui, hoje, ocupando este cargo. Como deputado estadual e federal também aprendi, como no PT, o que hoje posso trazer de experiência para este cargo. Como todos aqui sabem, minha vida foi marcada pela geração de 68 e pelo movimento estudantil, pelo banimento e pela cassação de minha nacionalidade e por minha vida em Cuba. Sou eternamente grato ao povo de Cuba, particularmente ao presidente Fidel Castro, pela solidariedade e apoio que me deram e que deram a todos aqueles que viviam momentos que, sem a solidariedade e sem o apoio, não teriam passado.

Minha vida foi marcada pela presença do meu pai, que já faleceu. Infelizmente a vida política me ausentou durante dez anos de minha família, da minha cidade natal, Passa Quatro, que fica em Minas Gerais. Os paulistas insistem em dizer que é Santa Rita do Passa Quatro, que é uma bela cidade, também, mas que fica no meu Estado, hoje, de São Paulo. Sou filho de Minas Gerais e isso tem grande e importante significado no nos-



O ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, discursa na transmissão do cargo, que aconteceu no Palácio do Planalto

JOSÉ DIRCEU, AO ASSUMIR A CASA CIVIL, FALOU DE IMPROVISO E DESTACOU QUE SOMENTE COM UM PACTO SOCIAL, SOMENTE COM A PARTICIPAÇÃO POPULAR, O BRASIL ENFRENTARÁ OS PROBLEMAS QUE SE APRESENTAM HOJE AO PAÍS

so país, mas sou paulistano e sou paranaense também. E isso é muito importante, porque aprendi a ter uma visão nacional do nosso Brasil, vivendo nesses Estados. O Paraná me deu guarida, me deu um filho que está presente, hoje, aqui, José Carlos, e uma neta, já, Camila. Sou grato ao povo e ao Estado do Paraná e particularmente à mãe do meu filho, José Carlos, Clara Becker, pelo apoio e solidariedade que me deram naqueles anos.

Aprendi com meu pai que na vida o mais importante são os valores éticos e os valores morais, e o mais importante é o Brasil. Sou filho de um homem conservador, udenista, mas que amava profundamente o Brasil. Naqueles anos, os brasileiros e as brasileiras pagavam impostos em dia para construir Três Marias e Furnas, para que a Petrobras se consolidasse, para que o Brasil se industrializasse. Meu pai trabalhou 47 anos e se aposentou sem ter sequer uma casa própria, pagando aluguel. Porque honrado, com o sentido firme e claro do interesse nacional e do interesse público, me transmitiu esses valores que acredito que são essenciais para a vida numa sociedade civilizada e democrática. Por isso, apesar de ter um caráter pessoal reiterado, rendo uma homenagem à memória de meu pai, Castorino de Oliveira e Silva, que faleceu no dia 5 de outubro de 1998 e não teve a alegria de ver o presidente Lula tomar posse no dia de ontem.

Portanto, venho marcado pela minha geração de 68, por Minas Gerais, por Passa Quatro, pela minha militância do PT e pela minha vida parlamentar. Tenho um compromisso com a democracia. A minha geração aprendeu o valor da democracia, a duras penas aprendemos como é importante para o nosso Brasil a democracia, particular-

mente para o nosso povo, porque é a democracia, e essa lição nos foi definitivamente ensinada nos dias 6 e 27 de outubro passados, é a democracia que dá a oportunidade única para que o povo escolha o seu destino de forma soberana. E temos um compromisso de aperfeiçoar, desenvolver e radicalizar a democracia brasileira. Chegamos ao governo com esse compromisso e, tenho certeza, nós o faremos realidade. Não é pouca coisa: a democracia cada vez mais ampliada cria as condições, todos nós sabemos, para a participação política. E participação política, de forma institucional e de forma organizada, cria as condições para que o país possa avançar no sentido da justiça, da igualdade social. Quando o nosso povo tem a oportunidade de participar nos assuntos políticos do nosso país, ele passa a ser o ator principal. E a história do Brasil já demonstrou que, nesses momentos, o país consegue resolver os seus problemas históricos. Todos nós sabemos que assumimos o governo do Brasil num momento difícil, do ponto de vista internacional, com risco de uma guerra e com uma situação, na economia e nas finanças internacionais, que agravava a situação do nosso país.

Portanto, a nossa responsabilidade é maior, mas, exatamente, seremos capazes de superar esse momento se houver participação popular, se houver uma mobilização nacional. O presidente Lula, em seu pronunciamento, deixou claro esse compromisso: somente com um novo contrato social, somente com um pacto social, somente com a mobilização nacional, somente com a participação popular, o Brasil enfrentará os seus problemas neste começo de milênio.

Somos uma nação — e eu sempre repito, mais do que

uma nação e um povo, uma civilização nos trópicos. Temos a obrigação e o dever de transformar a herança que recebemos de nossos pais e dos nossos avós, esse imenso e rico país, numa nação civilizada e com presença no mundo. Talvez o maior desafio do nosso governo e dos próximos anos seja esse: que o Brasil ocupe o seu lugar no mundo. Mas para que o Brasil ocupe o seu lugar no mundo, é preciso que o nosso povo ocupe o seu lugar no Brasil. Isso só é possível com uma grande transformação social, com uma verdadeira revolução social. Não tenho medo de dizer essa palavra: uma verdadeira revolução social. Nós devemos isso ao nosso povo. Vejam bem, o nosso Brasil — e o presidente Lula, ontem, descreveu historicamente este processo — enfrentou grandes desafios e superou a todos, mas não superou o desafio da justiça e da igualdade social. A pobreza, a miséria e a fome estão aí para nos envergonhar, como disse o presidente Lula. Eu tenho dito e quero repetir: nós fizemos uma aliança político-eleitoral ampla, generosa, e graças a ela vencemos as eleições. O senador José Alencar, vice-presidente da República, representa essa aliança. Nós, um partido de esquerda socialista, e é sempre bom lembrar isso, estendemos a mão para o empresário brasileiro e propusemos, estamos propondo um pacto, mas é preciso que se deixe claro que esse pacto tem duas direções é preciso defender o interesse nacional, a produção, o desenvolvimento do país, mas a contrapartida é a distribuição de renda, a justiça social, a eliminação da pobreza e da miséria.

Não pode haver uma estrada só, em uma direção só. Não é aceitável que, novamente, o país resolva os seus problemas financeiros, resolva os seus problemas econô-

micos, tenha um crescimento, e esse crescimento não se transforme em maior participação do trabalho na renda nacional. Porque essa participação caiu pela metade nos últimos 20 anos.

E, sem uma distribuição de renda, uma revolução na educação, sem o combate à pobreza, também não haverá crescimento econômico duradouro e sustentável.

Todos nós sabemos que a atual concentração de renda e as desigualdades sociais levarão o país a um impasse social, cultural e institucional. E que não é possível viabilizar o desenvolvimento econômico do país sem uma ampla distribuição de renda. Porque essa concentração de renda é impeditiva do crescimento econômico.

Essa é uma realidade que nós devemos dizer, em alto e bom som, que é uma crença, pode-se dizer uma doutrina nossa: nós não acreditamos que é possível desenvolver o Brasil, no atual estado de desigualdade que existe no nosso país, de concentração de renda. Porque ela se expressa sempre, também, na concentração do poder político, na elitização do poder político, nas oligarquias do poder político.

Povo educado, povo alimentado é o povo soberano, que exerce o poder, além de delegá-lo.

Já falei demais para um ministro-chefe da Casa Civil, que deve manter um perfil discreto. Mas quero dizer, particularmente, aos ministros e secretários que estão aqui, aos parlamentares do meu partido e de todos os partidos, ao presidente do nosso Congresso, que o presidente Lula deu uma determinação clara e expressa, e todos aqui sabem que eu sou, antes de mais nada, disciplinado: vamos trabalhar em equipe.

Já quero dizer, de maneira transparente, simples e objetiva: todos podem ter certe-

za absoluta de que me comportarei com humildade, ainda que muitos não acreditem, como o Paulo Delgado, que é a minha consciência crítica, meu amigo, e pode tomar essa liberdade.

E vamos trabalhar em equipe. Vou procurar, na Casa Civil, exercer de forma humilde, discreta, essa articulação política, governamental e a função de guardião da legalidade e, principalmente, da nossa Constituição. E procurar assessorar, colaborar com o nosso presidente.

Todos sabem que chegamos ao governo, depois de décadas e décadas de luta e 23 anos, praticamente, do nosso partido. Eu, particularmente, depois de quase oito anos na presidência do PT.

Mas, quero dizer a todos que nós, como o presidente Lula, até pela postura do presidente, estamos muito otimistas, dispostos a trabalhar mais e mais, e muito esperançosos, como nosso povo. Sabemos da responsabilidade que temos, que é muito grande. Não temos o direito de fracassar. Temos o dever de trabalhar, trabalhar e trabalhar.

E é com essa disposição que eu, hoje, com muita honra, tomo posse e tenho, também, o prazer de fazê-lo das mãos do ministro Pedro Parente, quero repetir, olhando para o futuro, não para o passado. Precisamos olhar para a frente. E o nosso povo quer assim. O nosso povo nos elegeu para trabalhar e resolver os problemas do Brasil. E o presidente Lula já disse: não é para ficar se lamentando das dificuldades, dos problemas, dos obstáculos. Nós estamos aqui para resolver os problemas. Nós estamos aqui para resolver as crises. Nós estamos aqui para fazer o país crescer, se desenvolver e fazer justiça ao nosso povo, que nos deu esse mandato.

Quero agradecer à minha esposa e companheira Maria Rita, pelo apoio que tem me dado nesses anos todos. Minhas filhas Camila e Joana não estão aqui, mas agradeço a elas, também, por terem me suportado, na ausência, todos esses anos. Tenho procurado ser um bom pai, mas reconheço que a vida política tem me afastado muito delas.

Quero dizer ao meu presidente José Genoino que o PT tem, no governo do presidente Lula, um filiado, e você tem, aqui, um amigo e um companheiro com quem você sabe que pode contar em todos os momentos.

E quero dar uma mensagem especial — meu companheiro e amigo Antonio Palocci não está aqui —, mas eu quero dizer ao país e, de maneira especial, a ele, que contará, como já está contando, com meu apoio, para o exercício desse difícil cargo de ministro da Fazenda. Palocci, pode ter certeza de que você terá, no José Dirceu, na Casa Civil, uma fortaleza para defender a política econômica decidida pelo presidente Lula.

Que o país saiba que o governo está unido, que o presidente Lula já deu as orientações para o início do governo e que nós vamos cumprilas. Muito obrigado a todos pela presença e vamos, como dizíamos antes, à luta, porque a nossa causa é justa e o nosso povo merece.

GOVERNO LULA

‘Começaremos a mudar já’

Luiz Inácio Lula da Silva

“Mudança”; esta é a palavra chave, esta foi a grande mensagem da sociedade brasileira nas eleições de outubro. A esperança finalmente venceu o medo e a sociedade brasileira decidiu que estava na hora de trilhar novos caminhos. Diante do esgotamento de um modelo que, em vez de gerar crescimento, produziu estagnação, desemprego e fome; diante do fracasso de uma cultura do individualismo, do egoísmo, da indiferença perante o próximo, da desintegração das famílias e das comunidades. Diante das ameaças à soberania nacional, da precariedade avassaladora da segurança pública, do desrespeito aos mais velhos e do desalento dos mais jovens; diante do impasse econômico, social e moral do país, a sociedade brasileira escolheu mudar e começou, ela mesma, a promover a mudança necessária.

Foi para isso que o povo brasileiro me elegeu Presidente da República: para mudar. Este foi o sentido de cada voto dado a mim e ao meu bravo companheiro José Alencar. E eu estou aqui, neste dia sonhando por tantas gerações de lutadores que vieram antes de nós, para reafirmar os meus compromissos mais profundos e essenciais, para reiterar a todo cidadão e cidadã do meu país o significado de cada palavra dita na campanha, para imprimir à mudança um caráter de intensidade prática, para dizer que chegou a hora de transformar o Brasil naquela nação a qual a gente sempre sonhou: uma nação soberana, digna, consciente da própria importância no cenário internacional e, ao mesmo tempo, capaz de abrigar, acolher e tratar com justiça todos os seus filhos.

Vamos mudar, sim. Mudar com coragem e cuidado, humildade e ousadia, mudar tendo consciência de que a mudança é um processo gradativo e continuado, não um simples ato de vontade, não um arroubo voluntarista. Mudança por meio do diálogo e da negociação, sem atropelos ou precipitações, para que o resultado seja consistente e duradouro.

O Brasil é um país imenso, um continente de alta complexidade humana, ecológica e social, com quase 175 milhões de habitantes. Não podemos deixá-lo seguir à deriva, ao sabor dos ventos, carente de um verdadeiro projeto de desenvolvimento nacional e de um planejamento de fato estratégico. Se queremos transformá-lo, a fim de vivermos em uma Nação em que todos possam andar de cabeça erguida, teremos de exercer quotidianamente duas virtudes: a paciência e a perseverança.

Teremos que manter sob controle as nossas muitas e legítimas ansiedades sociais, para que elas possam ser atendidas no ritmo adequado e no momento justo; teremos que pisar na estrada com os olhos abertos e caminhar com os passos pensados, precisos e sólidos, pelo simples motivo de que ninguém pode colher os frutos antes de plantar as árvores.

Mas começaremos a mudar já, pois como diz a sabedoria popular, uma longa ca-

NO CONGRESSO, AO ASSINAR O TERMO DE POSSE COM O VICE JOSÉ ALENCAR, LULA LEMBROU QUE SEU GOVERNO TERÁ DE MANTER SOB CONTROLE AS MUITAS E LEGÍTIMAS ANSIEDADES SOCIAIS DA POPULAÇÃO BRASILEIRA, PARA QUE ELAS POSSAM SER ATENDIDAS NO RITMO ADEQUADO E NO MOMENTO JUSTO

minhada começa pelos primeiros passos. Este é um país extraordinário. Da Amazônia ao Rio Grande do Sul, em meio a populações praieliras, sertanejas e ribeirinhas, o que vejo em todo lugar é um povo maduro, caledado e otimista. Um povo que não deixa nunca de ser novo e jovem, um povo que sabe o que é sofrer, mas sabe também o que é alegria, que confia em si mesmo em suas próprias forças. Creio num futuro grandioso para o Brasil, porque a nossa alegria é maior do que a nossa dor, a nossa força é maior do que a nossa miséria, a nossa esperança é maior do que o nosso medo.

O povo brasileiro, tanto em sua história mais antiga, quanto na mais recente, tem dado provas incontestáveis de sua grandeza e generosidade, provas de sua capacidade de mobilizar a energia nacional em grandes momentos cívicos; e eu desejo, antes de qualquer outra coisa, convocar o meu povo, justamente para um grande mutirão cívico, para um mutirão nacional contra a fome. Num país que conta com tantas terras férteis e com tanta gente que quer trabalhar, não deveria haver razão alguma para se falar em fome. No entanto, milhões de brasileiros, no campo e na cidade, nas zonas rurais mais desamparadas e nas periferias urbanas, estão, neste momento, sem ter o que comer. Sobrevivem milagrosamente abaixo da linha da pobreza, quando não morrem de miséria, mendigando um pedaço de pão. Essa é uma história antiga.

O Brasil conheceu a riqueza dos engenhos e das plantações de cana-de-açúcar nos primeiros tempos coloniais, mas não venceu a fome; proclamou a independência nacional e aboliu a escravidão, mas não venceu a fome; conheceu a riqueza das jazidas de ouro, em Minas Gerais, e da produção de café, no Vale do Paraíba, mas não venceu a fome; industrializou-se e forjou um notável e diversificado parque produtivo, mas não venceu a fome. Isso não pode continuar assim.

Enquanto houver um irmão brasileiro ou uma irmã brasileira passando fome, teremos motivo de sopra para nos cobrirmos de vergonha. Por isso, defini entre as prio-

riedade de meu governo um programa de segurança alimentar que leva o nome de “Fome Zero”. Como disse em meu primeiro pronunciamento após a eleição, se, ao final do meu mandato, todos os brasileiros tiverem a possibilidade de tomar café da manhã, almoçar e jantar, terei cumprido a missão da minha vida.

É por isso que hoje conclamo: Vamos acabar com a fome em nosso país. Transformemos o fim da fome em uma grande causa nacional, como foram no passado a criação da Petrobrás e a memorável luta pela redemocratização do país. Essa é uma causa que pode e deve ser de todos, sem distinção de classe, partido, ideologia. Em face do clamor dos que padecem o flagelo da fome, deve prevalecer o imperativo ético de somar forças, capacidades e instrumentos para defender o que é mais sagrado: a dignidade humana. Para isso, será também imprescindível fazer uma reforma agrária pacífica, organizada e planejada.

Vamos garantir acesso à terra para quem quer trabalhar, não apenas por uma questão de justiça social, mas para que os campos do Brasil produzam mais e tragam mais alimentos para a mesa de todos nós, tragam trigo, tragam soja, tragam farinha, tragam frutos, tragam o nosso feijão com arroz. Para que o homem do campo recupere sua dignidade sabendo que, ao se levantar com o nascer do sol, cada movimento de sua enxada ou do seu trator irá contribuir para o bem-estar dos brasileiros do campo e da cidade, vamos incrementar também a agricultura familiar, o cooperativismo, as formas de economia solidária. Elas são perfeitamente compatíveis com o nosso vigoroso apoio à pecuária e à agricultura empresarial, à agroindústria e ao agronegócio, são, na verdade, complementares tanto na dimensão econômica quanto social. Temos de nos orgulhar de todos esses bens que produzimos e comercializamos.

A reforma agrária será feita em terras ociosas, nos milhões de hectares hoje disponíveis para a chegada de famílias e de sementes, que brotarão víçosas com linhas de crédito e assistência técnica e científica. Faremos isso sem afetar de modo algum as ter-

ras que produzem, porque as terras produtivas se justificam por si mesmas e serão estimuladas a produzir sempre mais, a exemplo da gigantesca montanha de grãos que colhemos a cada ano.

Hoje, tantas e tantas áreas do país estão devidamente ocupadas, as plantações espalham-se a perder de vista, há locais em que alcançamos produtividade maior do que a da Austrália e a dos EUA. Temos que cuidar bem — muito bem — deste imenso patrimônio produtivo brasileiro. Por outro lado, é absolutamente necessário que o país volte a crescer, gerando empregos e distribuindo renda.

Quero reafirmar aqui o meu compromisso com a produção, com os brasileiros e brasileiras, que querem trabalhar e viver dignamente do fruto do seu trabalho. Disse e repito: criar empregos será a minha obsessão. Vamos dar ênfase especial ao Projeto Primeiro Emprego, voltado para criar oportunidades aos jovens, que hoje encontram tremenda dificuldade em se inserir no mercado de trabalho. Nesse sentido, trabalharemos para superar nossas vulnerabilidades atuais e criar condições macroeconômicas favoráveis à retomada do crescimento sustentado para a qual a estabilidade e a gestão responsável das finanças públicas são valores essenciais. Para avançar nessa direção, além de travar combate implacável à inflação, precisaremos exportar mais, agradecer valor aos nossos produtos e atuando, com energia e criatividade, nos solos internacionais do comércio globalizado.

Da mesma forma, é necessário incrementar — e muito — o mercado interno, fortalecendo as pequenas e microempresas. É necessário também investir em capacitação tecnológica e infra-estrutura voltada para o escoamento da produção. Para repor o Brasil no caminho do crescimento, que gere os postos de trabalho tão necessários, carecemos de um autêntico pacto social pela mudança e de uma aliança que entrelace objetivamente o trabalho e o capital produtivo, geradores da riqueza fundamental da Nação, de modo a que o Brasil supere a estagnação atual e para que o país volte a nave-

gar no mar aberto do desenvolvimento econômico e social. O pacto social será, igualmente, decisivo para viabilizar as reformas que a sociedade brasileira reclama e que eu me comprometi a fazer: a reforma da Previdência, reforma tributária, reforma política e da legislação trabalhista, além da própria reforma agrária. Esse conjunto de reformas vai impulsionar um novo ciclo do desenvolvimento nacional. Instrumento fundamental desse pacto pela mudança será o Conselho Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social que pretendo instalar já a partir de janeiro, reunindo empresários, trabalhadores e lideranças dos diferentes segmentos da sociedade civil. Estamos em um momento particularmente propício para isso. Um momento raro da vida de um povo. Um momento em que o Presidente da República tem consigo, ao seu lado, a vontade nacional. O empresariado, os partidos políticos, as Forças Armadas e os trabalhadores estão unidos. Os homens, as mulheres, os mais velhos, os mais jovens, estão irmanados em um mesmo propósito de contribuir para que o país cumpra o seu destino histórico de prosperidade e justiça.

Além do apoio da imensa maioria das organizações e dos movimentos sociais, contamos também com a adesão entusiasmada de milhões de brasileiros e brasileiras que querem participar dessa cruzada pela retomada pelo crescimento contra a fome, o desemprego e a desigualdade social. Trata-se de uma poderosa energia solidária que a nossa campanha despertou e que não podemos e não vamos desperdiçar. Uma energia ético-política extraordinária que nos empenharemos para que se encontre canais de expressão em nosso governo.

Por tudo isso, acredito no pacto social. Com esse mesmo espírito constituí o meu Ministério com alguns dos melhores líderes de cada segmento econômico e social brasileiro. Trabalharemos em equipe, sem personalismo, pelo bem do Brasil e vamos adotar um novo estilo de governo com absoluta transparência e permanente estímulo à participação popular. O combate à corrupção e a defesa

da ética no trato da coisa pública serão objetivos centrais e permanentes do meu governo. É preciso enfrentar com determinação e derrotar a verdadeira cultura da impunidade que prevalece em certos setores da vida pública. Não permitiremos que a corrupção, a sonegação e o desperdício continuem privando a população de recursos que são seus e que tanto poderiam ajudar na sua dura luta pela sobrevivência.

Ser honesto é mais do que apenas não roubar e não deixar roubar. É também aplicar com eficiência e transparência, sem desperdícios, os recursos públicos focados em resultados sociais concretos. Estou convencido de que temos, dessa forma, uma chance única de superar os principais entraves ao desenvolvimento sustentado do país. E acreditem, acreditem mesmo, não pretendo desperdiçar essa oportunidade conquistada com a luta de muitos milhões e milhões de brasileiros e brasileiras.

Sob a minha liderança o Poder Executivo manterá uma relação construtiva e fraterna com os outros Poderes da República, respeitando exemplarmente a sua independência e o exercício de suas altas funções constitucionais. Eu, que tive a honra de ser Parlamentar desta Casa, espero contar com a contribuição do Congresso Nacional no debate criterioso e na viabilização das reformas estruturais de que o país demanda de todos nós. Em meu governo, o Brasil vai estar no centro de todas as atenções. O Brasil precisa fazer em todos os domínios um mergulho para dentro de si mesmo, de forma a criar forças que lhe permitam ampliar o seu horizonte. Fazer esse mergulho não significa fechar as portas e janelas ao mundo. O Brasil pode e deve ter um projeto de desenvolvimento que seja ao mesmo



Luiz Inácio Lula da Silva discursando no plenário da Câmara dos Deputados, durante uma sessão do Congresso em que ele e o vice-presidente José Alencar assinaram o termo de posse

tempo nacional e universalista, significa, simplesmente, adquirir confiança em nós mesmos, na capacidade de fixar objetivos de curto, médio e longo prazos e de buscar realizá-los.

O ponto principal do modelo para o qual queremos caminhar é a ampliação da poupança interna e da nossa capacidade própria de investimento, assim como o Brasil necessita valorizar o seu capital humano investindo em conhecimento e tecnologia. Sobre tudo vamos produzir. A riqueza que conta é aquela gerada por nossas próprias mãos, produzida por nossas máquinas, pela nossa inteligência e pelo nosso suor. O Brasil é grande. Apesar de todas as crueldades e discriminações, especialmente contra as comunidades indígenas e negras, e de todas as desigualdades e dores que não devemos esquecer jamais, o povo brasileiro realizou uma obra de resistência e construção nacional admirável. Construiu, ao longo do século, uma nação plural, diversificada, contraditória até, mas que se entende de uma ponta a outra do território. Dos encantados da Amazônia aos orixás da Bahia; do frevo pernambucano às escolas de samba do Rio de Janeiro; dos tambores do Maranhão ao barroco mineiro; da arquitetura de Brasília à música sertaneja. Estendendo o arco de sua multiplicidade nas culturas de São Paulo, do Paraná, de Santa Catarina, do Rio Grande do Sul e da região Centro-Oeste. Esta é uma nação que fala a mesma língua, partilha os mesmos valores fundamentais, se sente que é brasileira. Onde a mestiçagem e o sincretismo se impuseram dando uma contribuição original ao mundo. Onde judeus e árabes conversam sem medo. Onde a mestiçagem e o sincretismo se impuseram, dando uma contribuição original ao mundo,

onde judeus e árabes conversam sem medo, onde toda migração é bem-vinda, porque sabemos que em pouco tempo, pela nossa própria capacidade de assimilação e de bem querer, cada migrante se transforma em mais um brasileiro.

Esta nação que se criou sob o céu tropical tem que dizer a que veio; internamente, fazendo justiça à luta pela sobrevivência em que seus filhos se acham engajados; externamente, afirmando a sua presença soberana e criativa no mundo. Nossa política externa refletirá também os anseios de mudança que se expressaram nas ruas. No meu governo, a ação diplomática do Brasil estará orientada por uma perspectiva humanista e será, antes de tudo, um instrumento do desenvolvimento nacional. Por meio do comércio exterior, da capacitação de tecnologias avançadas, e da busca de investimentos produtivos, o relacionamento externo do Brasil deverá contribuir para a melhoria das condições de vida da mulher e do homem brasileiros, elevando os níveis de renda e gerando empregos dignos. As negociações comerciais são hoje de importância vital.

Em relação à Aíca, nos entendimentos entre o Mercosul e a União Européia, que na Organização Mundial do Comércio, o Brasil combaterá o protecionismo, lutará pela eliminação e tratará de obter regras mais justas e adequadas à nossa condição de país em desenvolvimento. Buscaremos eliminar os escandalosos subsídios agrícolas dos países desenvolvidos que prejudicam os nossos produtores privando-os de suas vantagens comparativas. Com igual empenho, esforçaremos-nos para remover os injustificáveis obstáculos às exportações de produtos industriais. Essencial em todos esses esforos é preservar os espaços de flexibilidade

para nossas políticas de desenvolvimento nos campos social e regional, de meio ambiente, agrícola, industrial e tecnológico.

Não perderemos de vista que o ser humano é o destinatário último do resultado das negociações. De pouco valerá participarmos de esforço tão amplo e em tantas frentes se daí não decorrerem benefícios diretos para o nosso povo. Estaremos atentos também para que essas negociações, que hoje em dia vão muito além de meras reduções tarifárias e englobam um amplo espectro normativo, não criem restrições inaceitáveis ao direito soberano do povo brasileiro de decidir sobre seu modelo de desenvolvimento.

A grande prioridade da política externa durante o meu governo será a construção de uma América do Sul politicamente estável, próspera e unida, com base em ideais democráticos e de justiça social. Para isso é essencial uma ação decidida de revitalização do Mercosul, enfraquecido pelas crises de cada um de seus membros e por visões muitas vezes estreitas e egoístas do significado da integração. O Mercosul, assim como a integração da América do Sul em seu conjunto, é sobretudo um projeto político. Mas esse projeto repousa em alicerces econômico-comerciais que precisam ser urgentemente reparados e reforçados. Cuidaremos também das dimensões social, cultural e científico-tecnológica do processo de integração. Estimularemos empreendimentos conjuntos e fomentaremos um vivo intercâmbio intelectual e artístico entre os países sul-americanos. Apoiaremos os arranjos institucionais necessários, para que possa florescer uma verdadeira identidade do Mercosul e da América do Sul. Vários dos nossos vizinhos vivem hoje situações difíceis. Contribuiremos, des-

de que chamados e na medida de nossas possibilidades, para encontrar soluções pacíficas para tais crises, com base no diálogo, nos preceitos democráticos e nas normas constitucionais de cada país.

O mesmo empenho de cooperação concreta e de diálogos substantivos teremos com todos os países da América Latina. Procuraremos ter com os Estados Unidos da América uma parceria madura, com base no interesse recíproco e no respeito mútuo. Trataremos de fortalecer o entendimento e a cooperação com a União Européia e os seus Estados-Membros, bem como com outros importantes países desenvolvidos, a exemplo do Japão. Aprofundaremos as relações com grandes nações em desenvolvimento; a China, a Índia, a Rússia, a África do Sul, entre outros. Reafirmamos os laços profundos que nos unem a todo o continente africano e a nossa disposição de contribuir ativamente para que ele desenvolva as suas enormes potencialidades. Visamos não só a explorar os benefícios potenciais de um maior intercâmbio econômico e de uma presença maior do Brasil no mercado internacional, mas também a estimular os incipientes elementos de multipolaridade da vida internacional contemporânea. A democratização das relações internacionais sem hegemonias de qualquer espécie é tão importante para o futuro da humanidade quanto a consolidação e o desenvolvimento da democracia no interior de cada Estado.

Vamos valorizar as organizações multilaterais, em especial as Nações Unidas, a quem cabe a primazia na preservação da paz e da segurança internacionais. As resoluções do Conselho de Segurança devem ser fielmente cumpridas. Crises internacionais como a do Oriente Médio devem ser resolvidas por meios

pacíficos e pela negociação, e manifestações do plêniário.

Defenderemos um Conselho de Segurança reformado, representativo da realidade contemporânea com países desenvolvidos e em desenvolvimento das várias regiões do mundo entre os seus membros permanentes.

Enfrentaremos os desafios da hora atual como o terrorismo e o crime organizado, valendo-nos da cooperação internacional e com base nos princípios do multilateralismo e do Direito Internacional. Apoiaremos os esforços para tornar a ONU e suas agências instrumentos ágeis e eficazes da promoção do desenvolvimento social e econômico do combate à pobreza, às desigualdades e a todas as formas de discriminação da defesa dos direitos humanos e da preservação do meio ambiente.

Sim, temos uma mensagem a dar ao mundo: temos de colocar nosso projeto nacional democraticamente em diálogo aberto, como as demais nações do planeta, para que nós somos o novo, somos a novidade de uma civilização que se desenhou sem temor, porque se desenhou no corpo, na alma e no coração do povo, muitas vezes, à revelia das elites, das instituições e até mesmo do Estado.

É verdade que a deterioração dos laços sociais no Brasil nas últimas duas décadas decorrentes de políticas econômicas que não favoreceram o crescimento trouxe uma nuvem ameaçadora ao padrão tolerante da cultura nacional. Crimes hediondos, massacres e linchamentos crispam o país e fizeram do cotidiano, sobretudo nas grandes cidades, uma experiência próxima da guerra de todos contra todos.

Por isso, início este mandato com a firme decisão de colocar o governo Federal em parceria com os Estados a serviço de uma política de segu-

rança pública muito mais vigorosa e eficiente. Uma política que, combinada com ações de saúde, educação, entre outras, seja capaz de prevenir a violência, reprimir a criminalidade e restabelecer a segurança dos cidadãos e cidadãs. Se conseguirmos voltar a andar em paz em nossas ruas e praças, daremos um extraordinário impulso ao projeto nacional de construir, neste rincão da América, o bastião mundial da tolerância, do pluralismo democrático e do convívio respeitoso com a diferença.

O Brasil pode dar muito a si mesmo e ao mundo. Por isso devemos exigir muito de nós mesmos, devemos exigir até mais do que pensamos, porque ainda não nos expressamos por inteiro na nossa História, porque ainda não cumprimos a grande missão planetária que nos espera, porque o Brasil, nesta nova empreitada histórica, social, cultural e econômica, terá de contar sobretudo consigo mesmo, terá de pensar com a sua cabeça, andar com as suas próprias pernas, ouvir o que diz o seu coração. E todos vamos ter de aprender a amar com intensidade ainda maior o nosso país, amar a nossa bandeira, amar a nossa luta, amar o nosso povo.

Cada um de nós brasileiros sabe que o que fizemos até hoje não foi pouco, mas sabe também que podemos fazer muito mais. Quando olho a minha própria vida de retirante nordestino, de menino que vendia amendoim e laranja no cais de Santos, que se tornou torneiro mecânico e líder sindical, que um dia fundou o PT e acreditou no que estava fazendo, que agora assumo o posto de Supremo Mandatário da Nação, vejo e sei, com toda a clareza e com toda a convicção, que nós podemos muito mais.

E, para isso, basta acreditar em nós mesmos, em nossa força, em nossa capacidade de criar e em nossa disposição para fazer. Estamos começando hoje um novo capítulo na História do Brasil, não como nação submissa, abrindo mão de sua soberania, não como nação injusta, assistindo passivamente ao sofrimento dos mais pobres, mas como nação ativa, nobre, afirmando-se corajosamente no mundo com nação de todos, sem distinção de classe, etnia, sexo e crença. Este é um país que pode dar, e vai dar, um verdadeiro salto de qualidade. Este é o país do novo milênio, pela sua potência agrícola, pela sua estrutura urbana e industrial, por sua fantástica biodiversidade, por sua riqueza cultural, por seu amor à natureza, pela sua criatividade, por sua competência intelectual e científica, por seu calor humano, pelo seu amor ao novo e à invenção, mas sobretudo pelos dons e poderes do seu povo. O que nós estamos vivendo hoje neste momento, meus companheiros e companheiras, meus irmãos e minhas irmãs de todo o Brasil, pode ser resumido em poucas palavras: hoje é o dia do reencontro do Brasil consigo mesmo. Agradeço a Deus por chegar até onde cheguei. Sou agora o servidor público número um do meu país.

Peço a Deus sabedoria para governar, discernimento para julgar, serenidade para administrar, coragem para decidir e um coração do tamanho do Brasil para me sentir unido a cada cidadão e cidadã deste país no dia a dia dos próximos quatro anos. Viva o povo brasileiro!

GOVERNO LULA

‘Desafio é construir país justo’

Antônio Palocci

A troca de governo que hoje se processa em nosso país, com o toque de civilidade e profissionalismo que a caracterizou durante toda a transição e, em particular, com as atitudes do presidente Fernando Henrique Cardoso e do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, é um motivo de grande orgulho para todos nós brasileiros. Mais do que a produtiva colaboração entre representantes deste ministério, dos que saem e dos que entram, temos a certeza de ter contribuído para solidificar ainda mais a democracia brasileira, fortalecendo o quadro institucional do nosso país.

Ministros da Fazenda nem sempre são portadores de boas novas. Nem são tampouco, obrigatória e inversamente, portadores de más notícias. Ministros da Fazenda são, por dever do ofício, forçados a trabalhar com o cálice nem sempre doce dos números e do realismo renitente, talvez até irritante para os mais apressados. Nações, entretanto, não são construídas apressadamente. Precisam de sólidos alicerces, de pedra sobre pedra, de estabilidade, de regras claras, de solidez institucional.

Enfrentamos hoje um momento de grande desafio. Temos a responsabilidade de um compromisso com um país mais justo e com melhores oportunidades de crescimento, emprego e, sobretudo, de melhores perspectivas para as novas gerações depois de décadas de estagnação da renda per capita e da nossa secular má distribuição de renda. Retomar o crescimento econômico, simultaneamente a uma melhoria da distribuição de renda, eis o desafio do novo governo e o compromisso do presidente Lula.

As dificuldades com que nos defrontamos, entretanto, não são poucas. Nosso país continua com seus crônicos problemas nas contas públicas e uma baixa taxa de investimento, público e privado. A relação dívida/PIB durante o

O MINISTRO DA FAZENDA, ANTÔNIO PALOCCI, DEFENDEU, DURANTE A TRANSMISSÃO DO CARGO, A CONSTRUÇÃO DE UM NOVO BRASIL, COM CRESCIMENTO ECONÔMICO, MELHORIA NA DISTRIBUIÇÃO DE RENDA E RESPEITO AOS CONTRATOS EXISTENTES

ano passado chegou aos maiores valores na história recente do país, atingindo níveis preocupantes quando se consideram os prêmios de risco dos títulos da dívida pública.

Vivemos o paradoxo de um Estado que muito gasta e a poucos beneficia. Nos últimos oito anos, assistimos ao crescimento do gasto público de cerca de 6% reais ao ano, sem incluir os gastos com os juros da dívida pública. Apenas o gasto com o funcionalismo passou de menos de R\$ 40 bilhões em 1994 para mais de R\$ 80 bilhões em 2002 sem que isso significasse uma efetiva melhoria na estrutura funcional e de gestão do Estado.

Gastamos muito e, pior ainda, gastamos cada vez mais, sem, no entanto, beneficiar aquela parcela da população que de fato necessita de auxílio público. Sem contar a Previdência, gastamos com transferências e na oferta de bens públicos básicos, como saúde e educação, cerca de R\$ 80 bilhões ao ano, sendo R\$ 30 bilhões o volume destinado aos programas compensatórios e assistenciais. E, no entanto, temos hoje exatamente a mesma desigualdade de renda que tínhamos em 1970.

Somos inapelavelmente um dos países mais desiguais do mundo há muitas décadas. Temos ainda hoje 15% da população vivendo com uma renda que nem mesmo supre suas necessidades alimentares básicas. E a pobreza no Brasil tem cor e tem idade. Crianças e negros, eis a maioria dos brasileiros sem direitos fundamentais em um país que se deseja moderno, mas que ainda não se encontrou com a modernidade. Um país que ainda recusa direitos básicos que mesmo em outros países em desenvolvimento foram conquistados há décadas.

Temos um compromisso inegociável com a retomada do crescimento. Entretanto,

como dissemos no recente relatório da transição, não iremos provocar bolhas de crescimento econômico a partir de uma permissividade perigosa com a inflação. Vamos buscar as reformas que se fazem necessárias para uma retomada sólida e sustentável do crescimento econômico.

Infelizmente, não basta crescer para combater a pobreza com a urgência que nos graves problemas sociais exigem, sendo inadiável a redução da nossa desigualdade. Reduzir a pobreza extrema dos atuais 15% da população para 5%, por exemplo, requer um crescimento da renda por brasileiro de 3% ao ano, durante 25 anos. O mesmo impacto pode ser obtido com uma redução de apenas 10% na nossa desigualdade de renda.

Reduzir a desigualdade é parte essencial dos objetivos da política de transferência do governo. Assim foi com os países do norte da Europa no começo do século 20; assim foi com vários países em desenvolvimento na segunda metade do século que se encerrou. É certo que ainda faltam recursos para as políticas sociais no Brasil. Porém, é preciso notar que a insuficiência de renda agregada dos extremamente pobres corresponde a apenas 1% da renda nacional, 5% dos gastos sociais e menos de um terço dos gastos federais com programas de transferência, tais como a Previdência Rural e o Bolsa-Escola, entre outros.

Temos hoje um leque disperso e difuso de programas sociais, incluindo alguns programas modernos e inovadores. Falta-nos, entretanto, uma avaliação sistemática e, principalmente, uma coordenação dos programas em vigor. É imprescindível garantir que os recursos destinados a combater a pobreza e a fome, o trabalho infantil e a subnutrição sejam recebidos por quem de

direito. É inescapável a adoção de controles de eficácia dos programas existentes e dos que serão implementados pelo novo governo de modo a garantir que os recursos disponíveis sejam eficazes no enfrentamento dos nossos graves problemas sociais. O presidente Lula tem a firme determinação de mobilizar o país para combater imediatamente a fome, o flagelo que nos cobre de vergonha e violenta todas as nossas gerações.

Nosso projeto de reformas ainda tem despertado dúvidas e interpretações diversas. Sobre essas dúvidas, quero pedir minhas desculpas se não temos sido suficientemente claros. Vamos voltar aos nossos temas, com a insistência e o didatismo que tais questões exigem. Temos consciência de que, assim como na conquista do amor profundo ou da amizade verdadeira, a credibilidade de um projeto político exige paciência, persistência, diálogo permanente e ambiente de confiança. No período entre a eleição e a posse da nova administração, foi inevitável alguma ansiedade com as possíveis mudanças a serem implementadas por um projeto de governo que tem nas reformas sua face mais imediata.

O tema da transição para um novo modelo despertou, em alguns, perguntas sobre o período esperado dessa transição: quando finalmente iríamos iniciar o conjunto de políticas que garantam a retomada do crescimento, a geração de empregos e a adoção de políticas mais eficazes no enfrentamento dos nossos graves problemas sociais? Em outros, o tema da transição despertou ansiedade sobre o que viria depois dessa fase inicial. Especulou-se sobre o fim dos superávits primários, o fim das metas de inflação e do regime de câmbio flutuante ou a adoção de medidas não convencionais e inventi-

vas na condução da política macroeconômica.

A essas legítimas perguntas respondemos de forma inequívoca: o novo regime já começou. A boa gestão da coisa pública requer responsabilidade fiscal e estabilidade econômica. O governo que ontem se encerrou tem méritos nesse tema, o que não nos estranha reconhecer. Porém, esse não é um patrimônio exclusivo seu, assim como não o será na nossa administração. Qualquer programa econômico que busca sustentabilidade deve ter os pilares da responsabilidade e da estabilidade como base essencial de sustentação. Reassumimos aqui o que temos dito ao longo dos últimos seis meses desde que o presidente Lula lançou a “Carta ao Povo Brasileiro”: vamos preservar a responsabilidade fiscal, o controle da inflação e o câmbio livre.

Não iremos reinventar princípios básicos de política econômica. Temos, de fato, um projeto muito mais ambicioso: reinventar o Estado brasileiro e sua inserção na nossa sociedade. Preparar o país para um novo momento. Não mais uma sociedade que vive a reboque da política econômica de curto prazo, com recorrentes momentos de instabilidade, mas um Estado a serviço da inclusão social e das condições necessárias à retomada do crescimento sustentável. Nossos problemas não são de gestão econômica de curto prazo, mas sim políticos e resultam na perversa inserção do Estado na nossa sociedade; Estado esse que apresenta profundos problemas de gestão e de planejamento estratégico.

Assim, a transição do modelo que temos para o que queremos e que o país reivindica é a superação das dificuldades de curto prazo. Um país como o Brasil só terá estabilidade econômica duradoura quando conquistar crescimento sustentável e estabilidade social. Se fechará assim o período de transição. Com um novo projeto de país e de Estado em pleno desenvolvimento.

Temos hoje um aparelho de Estado que gasta muito e gasta mal. Gastamos muito com nosso funcionalismo e há categorias com salários defasados. Gastamos muito com a máquina pública e a sociedade pouco recebe dos muitos tributos diretos ou indiretos arrecadados. Sociedade que hoje nos exige uma gestão moderna e eficaz dos recursos públicos de modo a garantir a execução das nossas obrigações constitucionais com políticas sociais, acesso a bens meritórios básicos da cidadania, como saúde e educação, assim como o investimento público em infra-estrutura.

Para isso é preciso trilhar o caminho das reformas e da construção de um futuro promissor. Não podemos mais conviver com armadilhas no Orçamento que devam ser administradas todos os anos. É preciso desarmá-las e é compromisso deste governo a responsabilidade fiscal e a gestão cuidadosa da coisa pública, sendo nossa prioridade

o enfrentamento da questão social.

Desarmar as armadilhas significa alcançar o equilíbrio permanente das contas públicas. Não podemos conviver com uma gestão orçamentária que prometa mais do que permitem as receitas públicas. Promessas essas que terminaram, na nossa história, por gerar taxas elevadas de inflação, dívidas crescentes para as gerações futuras ou, ainda, negociações traumáticas do passivo público.

É nossa meta o ajuste definitivo das contas públicas de modo a garantir à sociedade a confiança necessária na capacidade do governo em arcar com seus compromissos previamente assumidos. Honrando o passado garantimos à sociedade nosso compromisso inabalável de honrar nosso futuro. Dessa forma, será possível viabilizar um financiamento com menores taxas de juros do passivo público. Além disso, o ajuste das contas públicas permitirá focar nosso esforço na construção de longo prazo, na montagem de um aparelho de Estado moderno e responsável das suas obrigações sociais.

Temos um percurso longo e difícil a ser percorrido. Os atuais desequilíbrios das contas públicas têm que ser enfrentados com vigor e determinação. É essencial um ajuste programado do Orçamento público. Para tanto estamos comprometidos com a reforma da previdência pública como prioridade deste governo. Além disso, dissemos na campanha, dissemos na transição e dizemos agora: faremos o superávit primário que for necessário de modo a garantir de forma inequívoca a sustentabilidade da dívida pública.

Essa é a forma mais direta de reduzir o risco Brasil e as taxas de juros de modo a viabilizar a retomada do crescimento. Nas próximas semanas, o Ministério da Fazenda irá divulgar nossas metas econômicas. Essas metas deixarão claro nosso compromisso com uma gestão responsável e consistente do Orçamento.

Como médico interessado em economia, tenho atuado há 14 anos diante das questões fiscais e econômicas acumulando experiência em administração pública. Aprendi que o tecido econômico tem que ser observado de forma similar ao tecido humano. Existem as febres, os medicamentos e a reação do organismo. Saber acompanhar e ler os sinais vitais, ajustar as terapias, antes de tudo, prevenir sempre e remediar na justa medida do necessário. Isso requer, além de ciência, um pouco de arte. Vale para a medicina, vale também para a economia.

As crises externas têm abalado em diversos momentos a nossa economia. Como os vírus e as bactérias, atacam nosso organismo. Adoecer ou não depende das condições do corpo humano. Se ele estiver saudável e for preparado, inclusive com cuidadosas vacinas, vai resistir aos choques externos, aos vírus e às bactérias e seguirá saudável.

No caso da política econômica, preparar o organismo significa um Orçamento público saudável e ajustado às suas obrigações previstas. A criação de regras estáveis e cla-



Manifestante usa faixa com a palavra “Mudança”, que marcou a campanha e também o discurso de posse de Lula

Victor Soares/ABR



Palocci recebe cumprimento do ex-ministro da Fazenda Pedro Malan, que comandou a economia no governo FHC

ras de gestão da política econômica são a contrapartida na administração da coisa pública, das prescrições médicas de exercícios moderados e boa alimentação que viabilizam uma vida mais longa e saudável aos nossos pacientes.

Nosso país hoje não aceita mais conviver com escamoteamento de obrigações não cumpridas, rompimento de contratos e surpresas na condução da política econômica. Buscamos um regime democrático firmemente instituído em que as regras de condução da política econômica sejam claramente estabelecidas com credibilidade e responsabilidade da ação pública.

Eis, senhores e senhores, um compromisso inalienável da nova administração: compromisso com a credibilidade e responsabilidade da condução da política econômica. Nosso desafio: a construção de um país mais justo em que seja retomada nossa trajetória histórica de crescimento econômico. Essa retomada requer reformas inadiáveis que garantam a consistência das contas públicas.

Como tem reafirmado seguidamente o ministro da Previdência, Ricardo Berzoini, a reforma da previdência pública tem como objetivo garantir nosso compromisso com o ajuste das contas públicas não apenas no presente, mas também no futuro. É inadiável uma reforma que estabeleça para os novos funcionários públicos regras de aposentadoria similares aos dos demais trabalhadores brasileiros.

Não podemos mais conviver com uma sociedade com duas classes de trabalhadores. É necessário ainda um regime de transição para esse novo sistema que, sem ferir princípios constitucionais, permita restabelecer o controle democrático do Orçamento, com a definição da prioridade dos gastos públicos nas diversas áreas que se fazem necessárias nesse projeto de um país mais justo e com melhores oportunidades para todos.

A reforma da Previdência será complementada com a Lei de Responsabilidade Monetária. Para tanto trabalha-

remos com o Congresso para a aprovação da emenda ao artigo 192 da Constituição Federal. Em seguida, encaminharemos ao Congresso um projeto de lei propondo a autonomia operacional do Banco Central. A boa gestão da política monetária requer regras claras e autonomia para cumpri-las. Temos compromisso com a manutenção tanto das metas de inflação como do regime de câmbio flutuante.

Vivemos um momento difícil em decorrência das dificuldades enfrentadas no ano passado, com a consequente depreciação cambial e a pressão momentânea nos índices de preços. Trata-se de um choque temporário. É parte inseparável da responsabilidade pública deste governo a preservação da estabilidade dos preços e a adoção de medidas de política monetária que garantam a convergência dos índices de inflação às metas já definidas pelo Conselho Monetário Nacional. O Banco Central terá liberdade para adotar as medidas adequadas para administrar a convergência da taxa de inflação às metas programadas para os próximos anos.

Reafirmamos também nosso compromisso com a transparência e o controle da gestão dos bancos públicos e demais órgãos de fomento. Os bancos públicos serão submetidos à supervisão do Banco Central.

A coisa pública pertence à sociedade e temos o dever de garantir absoluta clareza no uso dos recursos públicos, tratando de forma transparente os custos assim como os beneficiários dos programas executados.

Nossa sociedade não aceita mais medidas discricionárias, temporárias e ineficazes na condução da política econômica. O governo deve ter com a política pública a responsabilidade e a seriedade que a sociedade nos exige.

Negociaremos reformas, pois reformas são exigidas pelo país. Porém, reformas que definam novas regras de condução da gestão pública, assim como períodos de tran-

sição para as novas regras, sem surpresas e medidas inesperadas, de modo a consolidar a credibilidade do nosso projeto. Regras estáveis na condução da política econômica, ausência de surpresas ou medidas discricionárias são aspectos importantes para garantir a estabilidade necessária à expansão do investimento privado e à retomada do crescimento econômico.

Essencial é a reforma do sistema de garantias e segurança jurídica de modo a permitir a expansão do nosso ainda restrito mercado de crédito privado. A nova Lei de Falências e a medida referente à alienação fiduciária são instrumentos importantes na construção de uma institucionalidade que assegure o cumprimento de garantias creditícias e que permita tanto a redução dos atuais "spreads" bancários como a expansão do volume de crédito privado.

Temos um imenso país. Porém, como no mito de Prometeu, um imenso país atrelado com grilhões à rocha da estagnação e da desigualdade. Libertar as amarras que nos condenam a um crescimento medíocre e a uma desigualdade inaceitável, eis o nosso desafio e compromisso. Nossa sociedade se destaca pela criatividade e caráter empreendedor. Canalizar esse espírito de construção e renovação garantindo uma institucionalidade que atele o benefício privado ao bem-estar social deve ser um objetivo central da nossa ação. Instituições importam e o correto desenho das regras que norteiam a ação privada assim como a ação do governo têm papel central em permitir soltar as amarras que hoje restringem a economia brasileira e permitir uma retomada do crescimento econômico com maior justiça social.

Há muitos anos, João Cabral de Melo Neto retratou, com sua habitual precisão, a dureza de um retrato de grande parte do Brasil relegado à margem da versão que se acreditava e se impunha oficial do nosso país.

Uma educação pela pedra: por lições;

para aprender da pedra, freqüentá-la; captar sua voz inenfatizada, impessoal (pela de dicção ela começa as aulas).

A lição de moral, sua resistência fria ao que flui e a fluir, a ser maleada; a de poética, sua carnadura concreta; a de economia, seu adensar-se compacta:

lições da pedra (de fora para dentro, cartilha muda), para quem soletrá-la.

Outra educação pela pedra: no Sertão (de dentro para fora, e pré-didática).

No Sertão a pedra não sabe lecionar, e se lecionasse não ensinaria nada; lá não se aprende a pedra: lá a pedra; uma pedra de nasença, entranha a alma.

Hoje, nos orgulhamos de ter um presidente que foi educado pela pedra e que, apesar de toda a dureza de seu aprendizado, destacou como aspecto central de sua campanha o encontro com a generosidade, com a construção de um país mais justo; construção democrática, legitimada pela negociação de um amplo pacto social.

Longa e difícil foi a história do nosso presidente. Custou-lhe décadas de determinação fazer com que nosso país se encontrasse com sua história e assumisse o enfrenta-

mento de nossos grandes desafios.

Através da negociação, da sua firmeza de caráter e determinação, do seu olhar generoso com a multiplicidade de faces do nosso país, nosso presidente conseguiu construir o consenso sobre a necessidade inadiável de enfrentar a questão social como tema central de uma política de Estado. Um país para todos, com credibilidade inquestionável na condução da política econômica e reformas que resolvam as armadilhas construídas na nossa história. Enfrentar com grandeza, determinação e eficácia o desafio que o país nos impõe, eis o compromisso inegociável assumido por nosso presidente, e obrigação primordial e irredutível da nossa administração.

O governo que ontem se encerrou teve como mérito um ajuste, ainda que parcial, das contas públicas brasileiras. O tratamento transparente e objetivo das dívidas do nosso passado permite hoje um enfrentamento claro dos nossos desafios. A seriedade e a responsabilidade na gestão da coisa pública é uma herança inegável da condução da política econômica do ministro Pedro Malan e sua equipe.

Nossa administração se diferencia da que nos antecedeu no projeto de país, expressa tanto na nossa agenda de reformas como na forma em que as encaminharemos: o pacto social. A diferença entre nossos governos, entretanto, não pode ofuscar a seriedade e a moralidade com que o ministro Malan geriu a coisa pública condicionado pela agenda do seu governo. E essa herança teremos a satisfação de preservar e entregá-la ainda mais consolidada no futuro.

Pois esse é nosso projeto e nosso compromisso. Que no futuro tenhamos como centro da política pública um novo desenho de inserção do Estado que promova maior inclusão social e estejamos finalmente livres da discussão sobre política econômica como aspecto mobilizador da opinião pública. Que a equipe econômica tenha o espaço que lhe cabe em qualquer economia moderna: auxiliares técnicos cuidando da boa gestão econômica. Que estejamos discutindo não a taxa de juros ou as metas fiscais, mas sim como conseguir promover uma melhor qualidade do emprego e como melhorar ainda mais nosso sistema de saúde. Que a extrema pobreza e a fome não façam mais parte de uma realidade que nos entristece e nos envergonha. E então teremos um país ao encontro do seu destino; em que a educação pela pedra não mais será o cotidiano de milhões, porém, finalmente, a lembrança de um passado definitivamente restrito ao domínio da história.

Fome Zero é tema da 1ª reunião

A primeira reunião ministerial do governo Lula, realizada no dia 3, teve como principal tema a necessidade de trabalho conjunto para o combate à fome e à miséria do país. O encontro, realizado no Salão Oval do Palácio do Planalto, durou cerca de cinco horas.

Lula disse que essas ações devem ser realizadas como parte de um trabalho amplo de direitos humanos. O ministro da Segurança Alimentar e Combate à Fome, José Graziano, fez uma exposição sobre o projeto Fome Zero.

Durante a reunião, o ministro Antônio Palocci (Fazenda) fez um relato sobre a situação econômica e mostrou-se confiante com a superação das dificuldades econômicas e afirmou que as condições melhoraram durante o governo de transição. Palocci disse que é necessário muito controle sobre os gastos, mas reafirmou que há condições para a implantação dos programas sociais prioritários.

Um exemplo disso foi a suspensão, por hora, da licitação para a compra de 12 caças que iriam renovar a Força Aérea Brasileira, estimada em US\$ 700 milhões. Outra medida foi a suspensão da construção de novas rodovias e a recuperação de estradas já existentes.

O presidente pediu ainda que Palocci acelerasse os estudos sobre a criação de condições para a formação de cooperativas de crédito em todo o país, com juros menores aos dos bancos.

Ainda sobre as ações de cunho social, Lula pediu que os ministros usem a criatividade e a mobilização para implantar programas prioritários quando não houver recursos suficientes. Também foi anunciada a viagem ao semi-árido nordestino, prevista para os dias 10 e 11.

Na última parte, cada ministro fez uma breve explanação sobre sua visão inicial de cada pasta. Humberto Costa (Saúde) anunciou que começará um monitoramento da situação da dengue. A Márcio Thomaz Bastos (Justiça), o presidente determinou que inicie uma ação de combate à prostituição infantil.

Singer adiantou que Lula receberá no próximo dia 14 o presidente da Argentina, Eduardo Duhalde, para uma conversa sobre o estreitamento das relações entre os vizinhos e a reconstrução do Mercosul. No dia seguinte, Lula participará da posse do presidente eleito no Equador, Lucio Gutiérrez.



Reunião dos ministros no Palácio do Planalto

GOVERNO LULA

‘Sou resultado de uma história’

Luiz Inácio Lula da Silva

Eu tenho plena consciência das responsabilidades que estou, junto com meus companheiros, assumindo nesse momento histórico da nossa vida republicana, mas, ao mesmo tempo, eu tenho a certeza e a convicção de que nenhum momento difícil, nessa trajetória de quatro anos, irá impedir que eu faça as reformas que o povo brasileiro precisa que sejam feitas.

Em nenhum momento vacilarei em cumprir cada palavra que Zé Alencar e eu assumimos durante a campanha.

Durante a campanha não fizemos nenhuma promessa absurda. O que nós dizíamos, eu vou repetir agora, é que nós iremos recuperar a dignidade do povo brasileiro. Recuperar a sua auto-estima e gastar cada centavo que tivermos que gastar na perspectiva de melhorar as condições de vida de mulheres, homens e crianças que necessitam do Estado brasileiro.

Nós temos uma história construída junto com vocês. A nossa vitória não foi o resultado apenas de uma campanha que começou em junho desse ano e terminou dia 27 de outubro. Antes de mim, companheiros e companheiras lutaram. Antes do PT, companheiros e companheiras morreram neste país lutando por conquistar a democracia e as liberdades. Eu apenas tive a graça de Deus de, no momento histórico, ser o porta-voz dos anseios de milhões e milhões de brasileiros e brasileiras. Eu estou convencido que hoje não tem no Brasil nenhum brasileiro ou brasileira mais conhecedor da realidade e das dificuldades que vamos enfrentar, mas, ao mesmo tempo, eu estou convencido e quero afirmar a vocês que não tem na face da Terra nenhum homem mais otimista do que eu estou hoje e que



Fernando Henrique Cardoso coloca a faixa presidencial em Lula, durante a cerimônia no Palácio do Planalto

NO DISCURSO QUE FEZ NO PARLATÓRIO DO PALÁCIO DO PLANALTO, JÁ COM A FAIXA PRESIDENCIAL, LULA DESTACOU A TRAJETÓRIA DA ESQUERDA BRASILEIRA, HOMENAGEOU MARISA LETÍCIA E DISSE SER O HOMEM MAIS OTIMISTA DO MUNDO

posso afirmar que vamos ajudar este país.

Eu não sou o resultado de uma eleição. Eu sou o resultado de uma história. Eu estou concretizando o sonho de gerações e gerações que, antes de mim, tentaram e não conseguiram.

O meu papel neste instante, com muita humildade, mas também com muita serenidade, é dizer a vocês que eu vou fazer o que acredito que o Brasil precisa que seja feito nesses quatro anos. Cuidar da educação, cuidar da saúde, fazer a reforma agrária, cuidar da Previdência Social e acabar com a fome neste país são compromissos menos programáticos e mais um compromisso moral e ético que eu

quero assumir aqui nesta tribuna, na frente do povo, que é o único responsável pela minha vitória e pelo fato de eu estar aqui hoje tomando posse.

Como eu tenho uma agenda a ser cumprida, eu queria dizer a todos vocês: amanhã vai ser o meu primeiro dia de governo e eu prometo a cada homem, a cada mulher, a cada criança e a cada jovem brasileiro que o meu governo, o presidente, o vice e os ministros trabalharão se necessário 24 horas por dia para que a gente cumpra aquilo que prometeu a vocês que nós iríamos cumprir.

Eu quero terminar agradecendo a essa companheira, que hoje — eu quero fazer

uma homenagem porque hoje nós estamos aqui —, Marisa, está muito bonita, toda elegante, ao lado do marido dela com essa faixa, que nós sonhamos tanto tempo. Entretanto, para chegar aqui nós perdemos quatro eleições: uma para governador e três para presidente da República. E, vocês sabem que a cultura política do Brasil é só render homenagem aos vencedores. Quando a gente perde, ninguém dá um telefonema para a gente para dizer: “Companheiro, a luta continua”. Às vezes, ela e eu decidíamos que a luta ia continuar porque não tinha outra coisa a fazer a não ser continuar a luta para chegar aonde nós chegamos.

Eu quero dizer a todos

vocês, que vieram de Roraima, do Acre, do Amapá, do Amazonas, que vieram de Rondônia, de Mato Grosso, de Mato Grosso do Sul, que vieram do Maranhão, do Piauí, do Ceará, que vieram do Rio Grande do Norte, da Paraíba, de Alagoas, de Pernambuco, de Sergipe, da Bahia, companheiros de Brasília, mas também companheiros de Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná e Santa Catarina, quero dizer, inclusive, ao povo do Rio Grande do Sul, aos meus irmãos de Caetés, minha grande cidade natal, que se chamava Garanhuns, aos companheiros de Goiás, eu quero terminar dizendo a vocês:

Podem ter a certeza mais

absoluta que um ser humano pode ter, quando eu não puder fazer uma coisa eu não terei nenhuma dúvida de ser honesto com o povo e dizer que não sei fazer, que não posso fazer e que não tem condições, mas eu quero que vocês carreguem também a certeza que eu, em nenhum momento da minha vida, faltarei com a verdade com vocês que confiaram na minha pessoa para dirigir este país por quatro anos.

Tratarei vocês com o mesmo respeito que eu trato os meus filhos e os meus netos, que são as pessoas que a gente mais gosta e eu quero propor isso a vocês: amanhã, estaremos começando a primeira campanha contra a fome neste país. É o primeiro dia de combate à fome e eu tenho fé em Deus que a gente vai garantir que todo brasileiro e brasileira possa todo santo dia tomar café, almoçar e jantar porque isso não está escrito no meu programa, isso está escrito na Constituição brasileira, está escrito na Bíblia, está escrito na Declaração Universal dos Direitos Humanos. Isso, nós vamos fazer juntos.

Por isso, meus companheiros e companheiras, um abraço especial aos companheiros e companheiras portadores de deficiência física que estão sentados na frente deste parlatório. Meus agradecimentos à imprensa, que tanto perturbou a minha tranquilidade nessa campanha e nesses dois meses, sem a qual a gente não consolidaria a democracia no país. Meu abraço aos deputados, aos senadores, meu abraço aos convidados estrangeiros, dizendo a vocês que, com muita humildade, eu não vacilarei em pedir a cada um de vocês, me ajudem a governar, porque a responsabilidade não é apenas minha, é nossa, do povo brasileiro que me colocou aqui.

Muito obrigado meus companheiros e até amanhã.



Mulheres são destaques no ministério de Lula

O governo de Luiz Inácio Lula da Silva terá quatro mulheres no primeiro escalão, um recorde na história: Marina Silva, Benedita da Silva, Emília Fernandes e Dilma Rousseff. Além de petistas, foram convidados representantes dos partidos que apoiaram Lula no primeiro e no segundo turno, empresários e personalidades. A partir da foto oficial (e sempre da esquer-

da para a direita), conheça quem é quem no ministério:

Terceira fila

José Fritsch - Pesca; Nilmariano Miranda - Direitos Humanos; Waldir Pires - Corregedoria Geral da União; Luiz Gushiken - Comunicação de Governo; Luiz Dulci - Secretaria Geral; José Dirceu - Casa Civil; Jorge Armando Félix - Chefia de Gabinete da

Segurança Institucional; Álvaro Ribeiro Costa - Advocacia Geral da União; José Graziano da Silva - Segurança Alimentar e Combate à Fome; Emília Fernandes - Direitos da Mulher; e Tarso Genro - Desenvolvimento Econômico e Social.

Segunda fila

Walfrido Mares Guia - Turismo; Marina Silva - Meio

Ambiente; Miro Teixeira - Comunicações; Dilma Rousseff - Minas e Energia; Humberto Costa - Saúde; Ricardo Berzoini - Previdência; Benedita da Silva - Assistência e Promoção Social; Luiz Fernando Furlan - Desenvolvimento; Guido Mantega - Planejamento; Roberto Amaral - Ciência e Tecnologia; Agnelo Queiroz - Esporte; e Ciro Gomes - Integração Nacional.

Primeira fila

Gilberto Gil - Cultura; Roberto Rodrigues - Agricultura; Antônio Palocci Filho - Fazenda; José Viegas Filho - Defesa; José Alencar (ao lado da mulher, Mariza); Luiz Inácio Lula da Silva (ao lado da mulher, Marisa); Márcio Thomaz Bastos - Justiça; Celso Amorim - Relações Exteriores; Anderson Adauto - Transportes; Cristovam Buar-

que - Educação; e Jaques Wagner - Trabalho.

Não puderem comparecer, devido à transmissão do governo do Rio Grande do Sul, os ministros Olívio Dutra (Cidades) e Miguel Rossetto (Desenvolvimento Agrário). Para a presidência do Banco Central foi indicado Henrique Meirelles, ex-presidente mundial do BankBoston